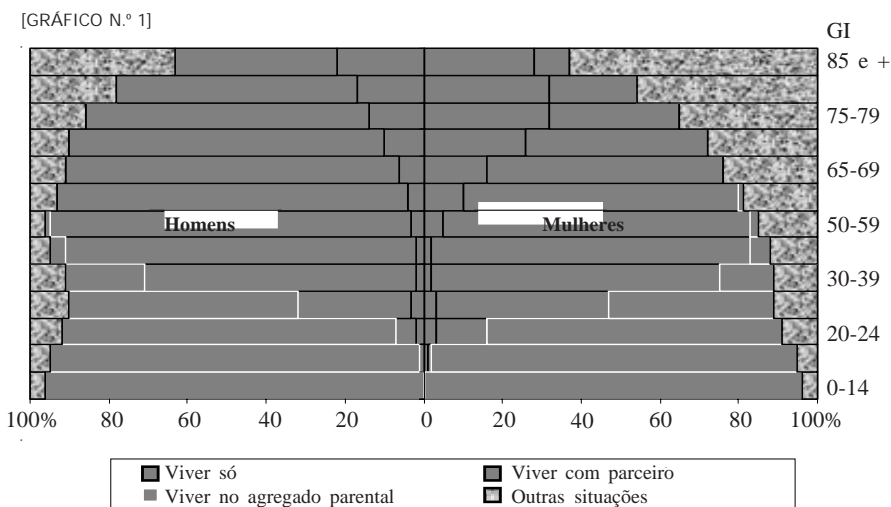


Notas sobre a população — a quebra do número de casamentos

Viver a dois (com um parceiro conjugal) é uma situação maioritária nas idades adultas (figura n.º 1).

Proporção (acumulada) da população (por GI) segundo a sua situação no agregado (sexos separados) em 1995 (Portugal)



Fonte: Eurostat, *Statistiques démographiques: données 1995-1998*.

* Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Embora essa vivência a dois não pressuponha necessariamente um casamento, na maioria dos casos, os casais portugueses são casados. De acordo com os resultados divulgados pelo Eurostat para 1995, em Portugal apenas 3% da população que vive em casal não é casada, valor que se revela próximo do observado nos outros países do Sul europeu e da Irlanda, mas bastante menor do que o verificado noutros países da UE, nomeadamente na Dinamarca, Finlândia, Suécia e França, países onde as percentagens de casais que coabitam sem serem casados são superiores a 15% (quadro n.º 1).

Percentagem de pessoas (vivendo em casal) não casadas,
por países da UE, em 1995

[QUADRO N.º 1]

	Ale- ma- nha	Áus- tria	Bél- gica	Dina- marca	Espa- nha	Fin- lân- dia	Fran- ça	Gré- cia	Hol- lan- da	Ir- lan- da	Itália	Lu- xem- bur- go	Por- tu- gal	Reino Unido	Sué- cia
Total	8	10	9	23	2	18	15	1	14	2	2	8	3	9	15
16-29 anos	35	42	27	72	8	58	50	7	56	13	6	24	14	32	26

Fonte: Eurostat, *Living Conditions in Europe: Statistical Pocketbook*, 1999.

O casamento continua, como tal, a figurar como uma condição importante da vida dos casais portugueses, tendo também um valor não negligenciável em matéria da procriação. Em 1997, por cada 5 nascimentos, apenas 1 se verifica fora do casamento, valor para Portugal que pode ser considerado relativamente baixo quando comparado com o que se observa noutros países, em especial do Norte da UE (quadro n.º 2).

Neste contexto, em que é ainda possível reconhecer a importância do casamento na vida conjugal e reprodutiva dos portugueses, como interpretar a quebra que tem vindo a registar-se do número de casamentos?

Com efeito, de 1981 (*XII Recenseamento Geral da População*) para 1997 (*Estimativas Demográficas*, INE), enquanto a população portuguesa registou um ligeiro aumento (cerca de 1%, de acordo com os dados avançados pelas referidas fontes), no mesmo período o número de casamentos celebrados decresceu cerca de 14%, tendo passado de 76 283 (em 1981) para 65 770 (em 1977). Verifica-se, assim, uma quebra da importância de casamentos, a qual pode estar relacionada com o facto de os jovens saírem mais tarde de casa dos pais e de adiarem o seu projecto de casamento.

De facto, e quanto à saída de casa dos pais, os dados (resultados preliminares) do recente *Inquérito à Fecundidade e Família de 1997* (INE) revelam que essa idade é superior nas gerações inquiridas mais jovens (tanto homens como mulheres) quando comparada com a observada nas gerações inquiridas menos jovens. Por outro lado, observa-se também que a idade média de primo-

-nupcialidade está a aumentar. Deste modo, e apesar de, no âmbito do conjunto de países que integram a UE, Portugal ser um dos países onde as pessoas se casam pela primeira vez, em média, mais cedo (quadro n.º 3), a idade média do primeiro casamento dos portugueses tem vindo a subir com o tempo (sendo, em 1980, de 25,4 anos no caso dos homens e de 23,1 anos no caso das mulheres).

Percentagens de nascimentos fora do casamento, por países da UE, em 1997

[QUADRO N.º 2]

Percentagem	Norte	Centro	Sul
54	Suécia		
53			
...			
47	Dinamarca		
46			
...			
39		França	
38			
37	Finlândia	Reino Unido	
...			
29		Áustria	
28			
27		Irlanda	
...			
20			Portugal
19		Holanda	
18		Alemanha	
17		Luxemburgo	
16			
15		Bélgica	
11			Espanha
10			
9			
8			Itália
...			
3			Grécia

Fonte: Eurostat, *Living Conditions in Europe: Statistical Pocketbook*, 1999.

Idade média do primeiro casamento, por países da UE (sexos separados), em 1994

[QUADRO N.º 3]

	Ale- ma- nha	Áus- tria	Bél- gica	Dina- marca	Espa- nha	Fin- lân- dia	Fran- ça	Gré- cia	Hol- lan- da	Ir- lan- da	Itália	Lu- xem- bur- go	Por- tu- gal	Reino Unido	Sué- cia
Homens . .	28,9	28,4	27,1	31,3	28,6	28,6	28,7	29,6	29,3	29,4	29,4	28,4	26,6	28,2	30,8
Mulheres . .	26,3	25,8	25,2	28,9	26,6	26,7	26,7	25,6	27,0	27,6	26,4	26,3	24,6	26,1	28,5

Fonte: Eurostat, *Statistiques démographiques: données 1995-1998*.

Se bem que os aumentos registados da idade média de saída de casa dos pais ou do primeiro casamento possam contribuir para explicar a quebra da importância estatística dos casamentos, existem outros factores que também influem nessa variação.

Entre estes, está a menor propensão para as pessoas se casarem, pelo menos uma vez. Em 1985, o indicador conjuntural de primo-nupcialidade em Portugal era de 0,79 (homens) e de 0,86 (mulheres), o que significa que, se a propensão para o primeiro casamento se mantivesse idêntica ao longo do tempo, 79% dos homens e 86% das mulheres se casariam pelo menos uma vez até aos 50 anos. Passados dez anos, isto é, em 1995, esses valores do indicador conjuntural de primo-nupcialidade baixam, sendo de 0,76 no caso dos homens e de 0,77 no caso das mulheres.

À diminuição dos níveis de primo-nupcialidade junta-se a progressiva importância de outras práticas de relacionamento conjugal que não pressupõem um vínculo matrimonial.

Um indício desta situação é a subida dos casos de nados-vivos fora do casamento, fundamentalmente a partir dos anos 70, em Portugal. Em termos absolutos, esse número passou de 12 479 em 1970 para 14 568 em 1980, para 16 104 em 1985, para 17 124 em 1990 e para 22 111 em 1997. Em termos relativos, a percentagem de nados-vivos fora do casamento em relação ao total de nados-vivos registados passou de 7% em 1970 para 9% em 1980, 12% em 1985, 15% em 1990 e 20% em 1997.

Paralelamente, as situações de coabitação de casais em união consensual tendem a ganhar progressivo significado estatístico, em especial no caso dos mais jovens. Com efeito, embora a situação de «casado de facto» seja pouco expressiva em Portugal (o número de casos recenseados em 1991 foi de cerca de 194 000 pessoas, contra 4 816 000 que se encontravam legalmente casadas), nas gerações mais jovens nota-se uma maior prevalência dessas situações. Os dados apresentados no quadro n.º 1, referentes a 1995, são ilustrativos desta incidência especial da coabitação junto das pessoas mais jovens: apenas 3% das pessoas que vivem em casal não são casadas, sendo essa percentagem bastante superior (14%) se se considerarem as pessoas com 16-29 anos. Trata-se de uma situação igualmente observada em todos os outros países da UE, havendo, inclusivamente, países (Dinamarca, Finlândia, França e Holanda) onde as percentagens de pessoas com 16-29 anos que coabitam sem serem casadas correspondem, pelo menos, a 50% dos casos.

Simultaneamente, o universo de pessoas que optam por coabitarem antes de se casarem torna-se cada vez mais significativo. A este propósito, o relatório do *Inquérito à Fecundidade e Família de 1997* (INE) verifica que a percentagem de pessoas menos jovens que disseram ter iniciado a sua relação conjugal com a coabitação é, tanto nos homens como nas mulheres,

inferior à que se verifica com os inquiridos mais jovens, situação que o referido relatório ilustra do seguinte modo (p. 22): «Tomando as ligações iniciadas aos 15-19 anos, por exemplo, as mulheres das gerações mais novas (idades até aos 24 anos) que optaram por um casamento legal são quase tantas como as que iniciaram uma primeira ligação de facto, enquanto nas gerações mais velhas são três a cinco vezes mais. Aos 20-24 anos, as mulheres das gerações mais novas casadas legalmente são um pouco mais do dobro das que coabitam (20% e 9%, respectivamente), enquanto nas gerações mais velhas são seis vezes mais (62% e 10%, respectivamente).»

A estas indicações acresce também que, se a coabitação está a adquirir progressivo relevo no início da relação conjugal, também não é de excluir a importância que esta situação pode também ter enquanto forma de ligação conjugal de 2.^a ou de 3.^a ordem. Isto num contexto em que as dissoluções do casamento, em especial por divórcio, estão a aumentar de forma bastante significativa (em Portugal, o número de divórcios mais do que duplicou entre 1980 e 1997, passando de 5843 para 14 078, respectivamente) e em que a duração média do casamento dissolvido por divórcio diminuiu, aproximando-se os valores portugueses dos valores mais baixos observados noutras populações da UE (quadro n.º 4).

Duração média do casamento dos divorciados, por países da UE,
em 1980 e em 1995

[QUADRO N.º 4]

	Ale- ma- nha	Áus- tria	Bél- gica	Dina- marca	Espa- nha	Fin- lân- dia	Fran- ça	Gré- cia	Hol- lan- da	Ir- lan- da	Itália	Lu- xem- bur- go	Por- tu- gal	Reino Unido	Sué- cia
1980	9,7	9,3	13,1	10,7	n. d	12,0	11,8	15,1	12,2	n. d	19,5	11,6	15,8	12,1	11,5
1995	11,5	10,6	13,4	11,4	n. d	12,5	13,2	11,7	11,5	n. d	17,2	12,2	13,8	11,2	11,8

Fonte: Eurostat, *Statistiques démographiques: données 1995-1998*.

Para além das situações referidas, é interessante notar ainda outro tipo de prática para a qual Évelyne Sullerot, num artigo publicado recentemente (1999¹), chama a atenção. Trata-se da relação entre parceiros que vivem uma relação durável sem coabitarem (cada um fica em sua casa), tipo de prática que a autora observa tornar-se frequente, durante os anos 80, nas grandes cidades da Suíça, Inglaterra, Alemanha, França e Holanda entre pessoas com níveis educativos e económicos mais elevados.

¹ «La crise de la famille», in *Histoire des populations de L'Europe*, Librairie Arthème Fayard.

É, deste modo, indiscutível a crescente importância das práticas de relacionamento conjugal paralelas ao casamento legal. Contudo, a informação disponível entre essas novas formas de se viver a conjugalidade continua extremamente lacunar. Assim, por exemplo, sobre as pessoas que vivem em conjunto separadamente (ou seja, sobre aquelas pessoas que alguns designam por «solitaristas», para as diferenciar das solitárias), os dados são praticamente inexistentes em Portugal. Quanto à coabitação, as informações produzidas também estão muito aquém do que pode ser considerado minimamente satisfatório, nomeadamente no que se refere à duração destas relações ou ao perfil das pessoas que, com ou sem filhos, coabitam (segundo o estado civil, a idade, o nível de instrução ou o local de residência, etc.), continuando a privilegiar-se a informação que tem por base o casamento institucional.

Sem negar a importância que continua a ter o casamento institucional e as informações produzidas a seu respeito, não restam dúvidas de que as formas de viver a conjugalidade à margem do matrimónio abrangem um universo estatístico cada vez mais significativo de portugueses, existindo, por isso, cada vez menos razões que justificam as actuais falhas de produção de dados a seu respeito.